



EADJML

Ensino à Distância JML

COMPLIANCE, INTEGRIDADE E LEI ANTICORRUPÇÃO

Poder ou dever? Qual a responsabilidade do gestor público ao não adotar as melhores práticas de prevenção contra a corrupção?



**PROFESSOR:
RAFAEL JARDIM**



CURSO EAD DE **COMPLIANCE, INTEGRIDADE E LEI ANTICORRUPÇÃO**

Poder ou dever? Qual a responsabilidade do gestor público ao não adotar as melhores práticas de prevenção contra a corrupção?

Cada módulo contará com leitura complementar e exercícios. Prevê-se aulas expositivas de 15 a 20 minutos. Somando a leitura e exercícios, avalia-se como necessários 1 hora por aula.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

Em “tempos de combate à corrupção”, cresce a pressão da sociedade para que os órgãos da administração pública ofereçam respostas para aumentar a transparência pública e para robustecer a sua governança interna contra atos ímpuros de seus funcionários.

Em resposta, em um ambiente de escassez de recursos – muito em vista da Emenda Constitucional do Teto de Gastos –, a administração tem sido tentada a ampliar os seus controles e burocracias, a potencialmente aumentar a ineficiência das entregas e da prestação de serviços à sociedade.

Fato é que a solução para tal armadilha perpassa – sempre – pela profissionalização da gestão. Combater a corrupção é papel de toda a organização, em todos os seus níveis. Os praticantes dos mais diversos atos administrativos hão de ter o conhecimento e o ferramental necessário para, sem engessar a administração, produzir resultados sem desguarnecer os controles preventivos contra as fraudes; SOB PENA DE RESPONSABILIDADE, em eventual falta de diligência!

Recentemente vieram à tona do dia-a-dia administrativo algumas peças-chave no controle e prevenção contra a corrupção: A Lei 12.846/2013, O Decreto 9.203/2017 e a Portaria-CGU 1.089/2018 – os chamados “Lei Anticorrupção”, “Decreto da Governança” e “Portaria da Integridade”. Afora conceitos cada vez mais presentes como o COMPLIANCE, a GESTÃO DA ÉTICA, o DUE DILIGENCE e a GESTÃO DE RISCOS, dentre tantos outros.

A QUESTÃO A SE TORNA AINDA MAIS DESAFIADORA EM TEMPOS DE RECLUSÃO E QUARENTENA EM FACE DA NOVÍSSIMA CRISE MUNDIAL DEFLAGRADA PELA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS. COMO APROVEITAR O TEMPO EM “HOME OFFICE” PARA COBRIR AS NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO NESSA MATÉRIA?

O presente curso EAD, oferecido pela JML, oferece uma resposta a essas questões. Trata-se de uma contextualização entre essas melhores práticas administrativas e o que se exige dos gestores em conhecê-las e aplicá-las, inclusive sob a lógica da teoria de responsabilização. Pretende-se, em uma abordagem moderna à distância, com videoaulas, material de estudo e exercícios, apresentar um conjunto estruturado de medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção, em apoio à boa governança corporativa. AS SUAS DÚVIDAS PODERÃO SER



TAMBÉM ENCAMINHADAS PARA A JML, PARA QUE O SEU CAPACITADO CORPO DOCENTE POSSA RAPIDAMENTE, E TAMBÉM À DISTÂNCIA, SANEÁ-LAS.

É uma oportunidade para aprender e construir, à distância, PORÉM NA PRÁTICA, com de forma contextualizada, os principais conceitos e procedimentos necessários para a construção de programas de *compliance* e integridade, bem como as principais ferramentas administrativas no combate à corrupção. Tanto a liderança organizacional pode se beneficiar da oficina, como os demais servidores – em todos os níveis – interessados em adotar as melhores práticas para diminuir a chance de ERROS E DESVIOS no seu setor, diminuindo as chances de responsabilidade pessoal.

Objetivos

- ✖ Apresentar e desenvolver, de forma interativa, os principais conceitos e práticas para a construção e implementação de programas de compliance, integridade e prevenção contra a corrupção no ambiente organizacional;
- ✖ Apresentar os fundamentos da responsabilização na administração pública, contextualizando o assunto com os deveres de aplicar as boas práticas de governança, *compliance* e integridade;
- ✖ Apresentar a Lei Anticorrupção como uma ferramenta para o fortalecimento da integridade organizacional;
- ✖ Apresentar e desenvolver as melhores práticas para diminuir a chance de erros e desvios em qualquer nível da organização, a impactar nos resultados organizacionais;
- ✖ Apresentar e desmistificar os princípios de governança corporativa, liderança e de integridade pública e gestão da ética, contextualizando tais práticas administrativas com o dia-a-dia de trabalho;
- ✖ Aplicar, no cotidiano, os conceitos internacionalmente reconhecidos no combate à fraude e à corrupção.

Público Alvo

- ✖ Lideranças administrativas e servidores públicos interessados em conhecer o passo a passo para a implementação de programas de *compliance* e integridade, inclusive quanto ao disposto na Portaria-CGU 1.089/2018.
- ✖ Servidores públicos interessados em aprimorar a integridade da sua organização ou do seu setor.
- ✖ Fiscais de contrato, para a promoção de melhorias dos processos de gestão contratual.
- ✖ Membros de comissão de licitação e pregoeiros, para robustecimento e melhor gestão de risco dos processos licitatórios.
- ✖ Consultores jurídicos, advogados e estudantes, interessados em conhecer nuances da Lei 12.846/2013, do novo Decreto 9.203/2017 e da Portaria-CGU 1.089/2018.
- ✖ Orçamentistas e tomadores de preços, para diminuição dos riscos dos processos de orçamento para compras, prestação de serviços e obras públicas.
- ✖ Estudiosos no tema “Combate à Corrupção” e *Compliance*.



Professor



RAFAEL JARDIM

Auditor Federal de Controle Externo, é o atual Secretário de Fiscalização da Fazenda Nacional do TCU e Ex-Secretário de Combate a Corrupção daquela Corte. Coautor dos livros “Obras Públicas: comentários à jurisprudência do TCU” – 4^a Edição, “O RDC e a Contratação Integrada na prática”, “Lei Anticorrupção e Temas de Compliance” e “O Controle da Administração Pública na Era Digital”. No TCU desde 2005, foi também titular da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura, unidade responsável pela condução dos processos relacionados à Operação Lava Jato. Foi ainda Diretor da área técnica responsável pela fiscalização de rodovias. Ocupou os cargos de Secretário de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e também de Fiscalização de Obras de Energia. Coordenou as fiscalizações do TCU atinentes à Copa do Mundo de 2014. Na área de combate à corrupção e integridade, palestrou em eventos internacionais da ONU, OCDE, além de treinamentos para auditores das Controladorias Gerais de diversos países na América Latina. Palestrante e conferencista em temas afetos à engenharia de custos para o setor público, ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), Compliance, Integridade e a licitações e contratos de obras e serviços de engenharia. Formado em engenharia civil pela Universidade de Brasília, trabalhou por mais de dez anos na coordenação de projetos e execução de obras na iniciativa privada.



Conteúdo Programático

INTRODUÇÃO – APRESENTAÇÃO DO CURSO

MÓDULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO

- ✗ Relação entre o *compliance/integridade* e a teoria da Governança.
- ✗ Noções gerais de governança privada
 - ✗ Lei 6.404/66 (Lei das S.A.) e a relação com a governança
- ✗ Noções gerais de governança pública
- ✗ Governança pública no decreto 9203/2016
- ✗ Princípios fundamentais da governança pública
- ✗ Diretrizes de governança para as organizações

MÓDULO 2 – CORRUPÇÃO E INTEGRIDADE – VISÃO GERAL

- ✗ Definição de corrupção (ONU, OCDE e Transparência internacional)
- ✗ Relação entre corrupção e governança
- ✗ Definição de integridade
- ✗ Integridade no Decreto 9203/2016
- ✗ Portaria-CGU nº 1.089/2018
- ✗ Fundamentos de um programa de integridade
- ✗ Relação entre corrupção, integridade e *compliance*
- ✗ Diferença entre integridade e *compliance*
- ✗ Norma ABNT ISO 37001

MÓDULO 3 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO COMBATE À CORRUPÇÃO E DA INTEGRIDADE

- ✗ Pilares de um programa de integridade
- ✗ Referencial de combate à Corrupção do TCU
- ✗ Teoria de Cressey
- ✗ Controles preventivos x controles repressivos
- ✗ Soft controls x hard controls
- ✗ O papel prático da conscientização
- ✗ A questão das oportunidades corporativas e a relação com a governança

MÓDULO 4 – FUNDAMENTOS DO COMPLIANCE

- ✗ Os nove pilares do *compliance*
- ✗ O que é um programa de compliance
- ✗ *Compliance* e governança corporativa
- ✗ Sequência geral para a implementação de um programa de *compliance*
- ✗ Normativos aplicáveis ao Compliance



MÓDULO 5 – TEORIA DA RESPONSABILIDADE E SUA RELAÇÃO COM O COMPLIANCE

- ✖ Noções de responsabilidade
- ✖ Teoria tridimensional do direito
- ✖ Conceito de ilicitude
- ✖ Dolo e Culpa
- ✖ Negligência, imperícia e imprudência
- ✖ Nexo Causal
- ✖ Excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade
- ✖ Boa fé objetiva e a respectiva relação com o compliance
- ✖ Culpa *in elegendo* e culpa *in vigilando*

MÓDULO 6 – RESPONSABILIDADE CORPORATIVA E COMPLIANCE – QUANDO UM ADMINISTRADOR PODE SER RESPONSABILIZADO?

- ✖ Apresentação do Business Judgement Rule
- ✖ Responsabilidade dos administradores, segundo a Lei das S.A.
- ✖ Paralelismo entre a Lei das S.A. e a responsabilidade dos administradores públicos
- ✖ Deveres dos administradores segundo a Lei das S.A.
- ✖ O dever de diligência dos administradores
- ✖ Conflito de interesses e abuso de poder
- ✖ O papel do compliance e o seu impacto na responsabilidade dos administradores

MÓDULO 7 – APRESENTAÇÃO DAS DIMENSÕES DE UM PROGRAMA DE COMPLIANCE

- ✖ ABNT-ISO 19600
- ✖ Programa de Compliance no Decreto 8.420/2013
- ✖ Apresentação geral das 9 dimensões de um programa de compliance
- ✖ O tom do topo, o Código de Conduta, a gestão de riscos, os controles internos, treinamento e comunicação, canal de denúncias, investigações internas, *due diligence*, monitoramento e auditoria.
- ✖ A necessária articulação entre as dimensões
- ✖ Consequências de falhas em cada dimensão
- ✖ Responsabilidades pela implantação de cada dimensão
- ✖ Articulações internas para a implantação das dimensões

MÓDULO 8 – TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY

- ✖ Relação entre transparência e o compliance
- ✖ Relação entre accountability e a relação com os acionistas/sociedade
- ✖ Distinção entre transparência e accountability
- ✖ Pesquisas do Banco Mundial
- ✖ Transparência ativa e passiva
- ✖ Lei de Acesso à Informação – Deveres do administrador público
- ✖ Principais riscos de compliance relacionados a transparência
- ✖ Responsabilidade dos administradores em caso de falhas de transparência



MÓDULO 9 – O TOM DO TOPO E A CONSTITUIÇÃO DA ÁREA DE COMPLIANCE

- ✗ Práticas internas relacionadas à liderança
- ✗ Constituição da equipe de compliance: número de pessoas necessárias
- ✗ Localização corporativa da equipe de compliance
- ✗ Riscos de conflito de interesses na área de compliance
- ✗ Formação e capacitação da equipe de compliance

MÓDULO 10 – O CÓDIGO DE CONDUTA

- ✗ Definição de Código de Conduta
- ✗ Moral x Ética x Ética corporativa
- ✗ Quatro dimensões dos valores corporativos
- ✗ Matriz de valores
- ✗ *Balance ScoreCard Method* e seu papel na construção de valores corporativos
- ✗ Construção racional de um Código de Condutas

MÓDULO 11 – GESTÃO DE RISCOS

- ✗ Definição de avaliação de riscos
- ✗ Particularidades da avaliação de riscos de compliance
- ✗ COSO I, COSO II e ABNT-ISO 31000
- ✗ Auditorias baseadas em riscos, segundo o TCU
- ✗ Identificação, tratamento, priorização, resposta e monitoramento de riscos

MÓDULO 12 – EXERCÍCIO PRÁTICO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS NA ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- ✗ Simulação de gestão de riscos de compliance na área de licitações e contratos de um órgão público

MÓDULO 13 – CONTROLES INTERNOS

- ✗ Definição de controles internos
- ✗ Controles internos do COSO I e COSO II
- ✗ Controles internos, na prática, e sua relação com governança e alcance de resultados
- ✗ Diferença entre área de controle interno, auditoria interna, área de compliance e área de gestão de riscos

MÓDULO 14 – CANAL DE DENÚNCIAS

- ✗ O papel da ouvidoria
- ✗ Melhores práticas para a constituição de um setor de ouvidoria
- ✗ Riscos relacionados a ouvidoria
- ✗ Relação entre ouvidoria, auditoria interna, área de compliance, área de gestão de riscos e área de correição
- ✗ Definição de *Whistleblowing* e respectiva aplicação corporativa
- ✗ Definição de *Plea Bargain* e respectiva aplicação corporativa



MÓDULO 15 – INVESTIGAÇÕES INTERNAS E APLICAÇÃO DA LEI ANTICORRUPÇÃO

- ✗ O papel da corregedoria
- ✗ Apenaçõeas administrativas e legais
- ✗ O poder/dever de punir
- ✗ Relação entre o canal detectivo e o canal punitivo
- ✗ O papel da Lei Anticorrupção em um Programa de *Compliance*
- ✗ Os atos lesivos contra a administração pública
- ✗ Punições administrativas e judiciais previstas na Lei Anticorrupção
- ✗ O Processo Administrativo de Responsabilização
- ✗ Obrigatoriedade da aplicação da Lei Anticorrupção

MÓDULO 16 – DUE DILIGENCE

- ✗ Definição de *due diligence*
- ✗ Melhores práticas de *due diligence*
- ✗ Proibições formais de contratação de empresas suspensas e inidôneas
- ✗ Potenciais consequências nos processos de licitações e contratos em face da *due diligence*
- ✗ Aplicações do *due diligence* em vendas de ativos e parcerias estratégicas

MÓDULO 17 – TREINAMENTO, COMUNICAÇÃO, MONITORAMENTO E AUDITORIAS

- ✗ O programa de *Compliance* em movimento
- ✗ Relação da auditoria com a área de *compliance*
- ✗ Relação do RH com a área de auditoria, gestão de riscos e *compliance*
- ✗ Nível de treinamento de servidores e de especialistas
- ✗ Periodicidade de treinamentos

MÓDULO 18 – A TEORIA DA MUDANÇA

- ✗ O *compliance* de papel
- ✗ Desafios do processo de mudança e condições para o sucesso de mudança cultural
- ✗ Teorias de trilhas para a mudança
- ✗ Situação atual x situação desejada
- ✗ Metodologia de Lewin
- ✗ Metodologia de Kotter

MÓDULO 19 – O PRIMEIRO PASSO

- ✗ Quick assessment de compliance
- ✗ Como medir o diagnóstico da organização
- ✗ Ferramentas disponíveis
- ✗ Do diagnóstico ao dimensionamento da equipe
- ✗ Gestão de riscos, o que fazer agora?
- ✗ O papel da comunicação.



CARGA HORÁRIA



10 horas/aula



8 horas complementares –
atividades dirigidas
(conteúdo, vídeo aula, leitura
complementar e exercícios)



Total da carga horária para
certificação: 18 horas

INVESTIMENTO

APENAS:

R\$ 1.750

(mil setecentos e cinquenta reais)

CONTEMPLA



10 horas
de vídeo aula
+ 8 horas complementares



Material complementar
para cada módulo
(PPT + leitura
complementar +
exercícios)



Certificado Digital
emitido após conclusão,
com carga horária total
de 18 horas para curso
completo



Adicionais JML
– Leitura e estudo
complementares,
disponibilizados na
plataforma do aluno.



PESSOAS • SERVIÇOS • TECNOLOGIA

CENTRAL DE RELACIONAMENTO JML
41 3595.9999

www.jmlgrupo.com.br – www.eadjml.com.br